

O HUKOU E A PLANIFICAÇÃO NA CHINA

Paula Nabuco¹

Sessões Ordinárias 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo 3.3 Socialismo

Resumo:

Este artigo procura fazer uma análise crítica do processo de planificação chinês a partir de um dos seus principais mecanismos, o sistema de registro de residência, o hukou. Esse sistema foi e ainda é, um importante instrumento de controle da força de trabalho na China e da execução da planificação e controle político no país. Recuperando os fluxos migratórios na China entre 1949 e 1978 buscamos mostrar como os planos do partido comunista chinês para promover o avanço das forças produtivas e modernização do país se articulavam com o sistema de registro de residência.

Abstract:

This article intends to consider critically the planification system in China considering its household registration system, the hukou. This system was one of its main mechanisms of labour force and political control. Considering the migration flux in China between 1949 and 1978 our aim is to show how the communist party plans to promote the means of production and modernize the country were related with the household registration system.

1. INTRODUÇÃO

Não há como compreender as profundas transformações sofridas pela China nas últimas seis décadas e mesmo no período mais recente, chamado pelo governo chinês de

¹ Mestre em economia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

reforma e abertura, sem uma reflexão a respeito do *hukou* (户口)², o sistema de registro de residência chinês e seus efeitos sobre a vasta população do país. A China conta com sistemas de registro de residência para sua população há vários séculos, mas não há como não reconhecer no *hukou* sua relação com a *propiska*³ soviética e com o sistema de planificação adotado pela China no início da década dos 50 do século XX.

Este artigo trata da estrutura e da evolução da aplicação do *hukou* ao longo do período inicial de existência da República Popular da China, desde os esforços de planificação até o início do período da reforma e abertura, em 1978, bem como de suas implicações sobre a força de trabalho no campo e nas cidades do país. Além de seu impacto sobre a vida dos chineses.

A segunda seção faz um breve histórico recuperando as raízes do sistema de registro de residência na história chinesa e, a seguir, sobre a estrutura do sistema soviético de registro de residência. A quarta seção trata do sistema inicial de classificação dos chineses segundo sua região de residência e tipos de *hukou*. A quinta traça um histórico desde a criação do *hukou* até o início do período de implementação das reformas e a sexta trata dos seus efeitos e sua relação com a construção do socialismo na China.

2. O SISTEMA DE REGISTRO DE RESIDÊNCIA NA CHINA IMPERIAL E NA REPÚBLICA DA CHINA

Os registros de residência são muito antigos na China, os primeiros datam da Dinastia Zhou 770 AC-256 AC. Na época, os registros serviam para alocar trabalhadores, recrutar soldados, controlar fluxos migratórios e, principalmente, recolhimento de taxas (SOLINGER, 1999; WANG, 2005). Durante o período dos Reinos Combatentes (séculos V a III AC) como parte das reformas lançadas por uma escola legalista no oeste da China, foi criada a primeira versão do *baojia* (保甲)⁴, que

² Hukou significa literalmente, bocas por porta, ou seja o número de moradores por residência. Usaremos sempre a grafia chinesa segundo a tradução internacional em Pin Yin, que é o sistema padrão para romanização do chinês, a tradução literal do termo é “som da soletração” e foi desenvolvido pelo governo da República Popular da China para unificar as traduções do chinês e formalmente instituído em 1979. Indicaremos, quando for o caso, a grafia mais usada no ocidente.

³ A *propiska* foi o sistema de registro de residência adotado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre 1932 e 1991.

⁴ Sistema de registro de residência composto por um certo número de residências (que variava de cinco a vinte) que formavam um *jia* (甲) que quando somavam um certo número (de cinquenta a duzentas e

serviria para criar um sistema de responsabilidade coletiva das famílias junto ao Estado. O sistema foi muito bem sucedido na reorganização da coleta de tributos em um dos reinos, chamado *Qin*.

Com a primeira unificação da China pela Dinastia *Qin* (221-201 AC) o sistema de *baojia* foi adotado nacionalmente pela primeira vez para unificar o processo de recolhimento de tributos e controlar a migração no país. A partir de então todo chinês precisava fazer registro e informar local de residência, gênero, idade e profissão às autoridades e essas informações eram checadas três vezes por ano. Uma autorização oficial passou a ser necessária para qualquer mudança de residência.

A partir do século II AC até o século XVII DC os fluxos migratórios no país eram basicamente organizados pelo governo, com volume muito superior ao fluxo voluntário (submetido a algum grau de controle). As funções dos deslocamentos populacionais eram, em geral, a consolidação do poder Imperial em territórios mais afastados e assegurar uma ocupação populacional mínima nas regiões mais remotas. Durante este período os fluxos populacionais voluntários estavam diretamente ligados ao enfraquecimento da estrutura imperial e do sistema de controle exercido pelo Estado.

No entanto, entre as alterações ocorridas durante esse longo período três podem ser reconhecidas ainda hoje no sistema de registro de residência da República Popular da China. A primeira foi adotada durante a Dinastia *Song* 960 AD- 1127, que desenvolveu diversas formas de recolhimento dos dados do *baojia* e tornou esses dados segredos de Estado. A segunda foi na Dinastia *Ming* 1368-1644, a criação do livro de registro, com números de série, cuja cópia deveria ser guardada por cada residência e que continha os registros de cada um dos moradores, o *hukoubu*⁵ é a versão atual deste livro, que só recentemente (já no século XXI) começou a desaparecer. Por último, desde os tempos da China imperial esses registros serviam para definir os diversos tratamentos que as pessoas receberiam do Estado, uma das marcas mais importantes do sistema de registro de residência vigente até hoje na República Popular. (WANG, 2005)

Com a chegada ao poder da Dinastia *Qing* 1664-1911 a migração voluntária cresceu e o registro se tornou cada vez mais um mecanismo ligado aos esforços de tributação. Durante a dinastia *Qing* houve restrição aos fluxos migratórios apenas para a

cinquenta) se tornavam um *bao* (保), com cada um dos níveis administrado por um líder indicado e uma relação de responsabilização mútua pelo cotidiano dos moradores. Se um morador cometesse um crime, por exemplo, todo o *baojia* era responsabilizado.

⁵ A tradução é caderneta ou livreto de registro de residência.

Manchúria, região de origem dos novos dirigentes do país, que queriam evitar um afluxo de chineses *Han*⁶ para sua terra natal. Ao longo dos séculos XVII e XVIII os fluxos populacionais estavam relacionados fundamentalmente com desastres naturais e grandes fomes⁷. Além disso, a pressão gerada pela baixa relação entre a densidade populacional e as terras agricultáveis provocava fluxos migratórios freqüentes.

Em 1911, quando os nacionalistas do *guomindang* fundaram a República da China o sistema foi rearticulado. No primeiro momento sua principal função era localizar e capturar os membros do Partido Comunista Chinês e garantir o recolhimento de tributos. O *baojia* acabou por ser retomado de forma agressiva também para taxaçaõ dos camponeses e o contingente dos *baojia* foi modificado, cada dez famílias passaram a compor um *jia* e cada 10 *jia* se tornaram um *bao*. O governo nacionalista nomeou então responsáveis pelos *baojia* desde o nível local até o nível provincial para fiscalizar o sistema.

3. A PROPISKA E O HUKOU

Pouco depois da fundação da República Popular da China, os revolucionários iniciaram os esforços de reforma agrária e em 1951 começaram a estabelecer normas para a criação de um sistema de registro de residência inspirado na *propiska*⁸, o sistema de registro de residência da União Soviética, também chamado sistema de passaporte comum. O sistema foi criado em 1932 e segundo ele os habitantes de todo o território da antiga União Soviética precisavam ter um passaporte como esse com o registro de endereço.

A *propiska* se tornou o documento único para todos os soviéticos maiores de dezesseis anos e moradores das cidades, e continha um carimbo do ministério do interior soviético. O acesso a todos os serviços fornecidos pelo Estado se dava de acordo com o registro da *propiska*. Era a região que constava no passaporte que determinava onde as crianças freqüentariam a escola, onde os adultos trabalhariam, votariam e o acesso a infra-estrutura de serviços sociais de um modo geral.

Segundo o sistema, cada residência precisava ter no mínimo nove metros quadrados por morador, e para registrar um novo morador a casa precisaria ter pelo

⁶ A etnia Han é a etnia majoritária na China, respondendo por 91,59% do total da população do país. Dados do Censo de 2000 (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2009).

⁷ Há pesquisas que apontam que entre o final da Dinastia *Zhou*, em 108 AC e 1911 a China enfrentou 1.828 episódios de grande fome. (BECKER, 1996)

⁸ *Propiska* é um termo russo que significa sistema de registro por local de residência.

menos essa área “excedente”, caso contrário o registro era negado. Essas limitações eram aplicadas de forma ainda mais rigorosa no caso de grandes cidades como Moscou, Leningrado (hoje, São Petersburgo), Kiev, Kharkov e Gorky, entre outras.

Apenas os moradores das cidades detinham o passaporte, os camponeses não tinham passaportes e sua movimentação era restrita à fronteira de sua província de origem. Em 1974, um decreto concedeu passaportes também aos moradores do campo. Mesmo assim, a União Soviética viveu um intenso movimento migratório interno, tanto voluntário quanto segundo o sistema de recrutamento organizado de trabalho, o *orgnabor*. Durante as décadas de 1930 e 1940 dezenas de milhões de trabalhadores foram recrutados no campo para trabalhar nas construções e indústrias nas áreas urbanas, o que gerou uma aceleração do processo de urbanização concomitante à política de industrialização.

Diversos países adotaram sistema de registro de residência inspirado no modelo soviético, além da China, há o sistema *Ho Khau* no Vietnã e o sistema de *Hoku* na Coreia do Norte (vigente ainda hoje) (CHAN, 2009). Existem também sistemas semelhantes, mas que têm como origem o sistema de registro japonês, o *Koseki*, caso de Taiwan logo após a fuga dos dirigentes do *guomintang* na ocasião da Fundação da República Popular da China.

Reproduzindo o que *guomintang* fizera anteriormente, o PCC pretendia usar o sistema de registro de residência como mecanismo de controle social, para encontrar os adversários nacionalistas e manter a ordem revolucionária, além de administrar as informações populacionais. O sistema serviria também como fonte de dados para formulação de políticas.

Assim como os dirigentes soviéticos, os chineses queriam limitar o crescimento de grandes cidades e controlar o fluxo de trabalhadores pelo país. Até a década de 1930 o controle sobre os fluxos exercidos pelo Estado soviético foi relativamente baixo e só viria a se tornar mais restritivo com o início da coletivização. A busca pelo avanço das forças produtivas, durante o período de transição para o socialismo e a planificação requeriam controle sobre a população flutuante.

Ao longo da década de 1950 o Estado chinês formulou e implementou leis sobre controles de fluxo migratório (que viriam a constituir as normas de funcionamento do *Hukou*) que serviriam como base para o sistema de comando econômico e planificação que vigia na China. Em 1951, o Ministério de Segurança Pública (MSP) chinês publicou

o *Regulamento Provisório de Administração do Hukou Urbano* e com o primeiro censo chinês, realizado em 1953, foram criados os registros necessários para o *hukou* rural.

Posteriormente outras regras suplementares foram lançadas e, em 1958, foi promulgada uma lei mais abrangente para o controle dos fluxos populacionais na China, o *Regulamento sobre Registro de Residência (Hukou) da República Popular da China*, cuja vigência permanece até os dias de hoje, com algumas alterações que examinaremos a seguir.

4. OS TIPOS DE HUKOU

Até hoje a legislação sobre o *hukou*, de 1958, que constituiu sua forma final, é a única norma sobre migração e residência da República Popular da China e continua vigente, apesar de sua execução ter sido flexibilizada e alterada em inúmeras ocasiões. Segundo o sistema, os chineses são divididos em duas categorias: moradores urbanos e rurais. Mas, na prática, existem quatro grupos, urbano e rural e agrícola e não-agrícola e a relação entre os quatro não são diretas como poderia parecer a princípio (i.e. rural-agrícola e urbano-não-agrícola). A divisão entre o que é rural e urbano na China é feita segundo um critério de localização administrativa e a distinção entre agrícola e não-agrícola segue critérios relacionados com as atividades dos trabalhadores chineses. (WU, 1994)

SISTEMA DE HUKOU E DIVISÃO DA POPULAÇÃO CHINESA

Hukou	Hukou urbano	Hukou rural
Hukou não-agrícola	Hukou urbano não-agrícola	Hukou rural não agrícola
Hukou agrícola	Hukou urbano agrícola	Hukou rural Agrícola

Extraído de WU, 1994

A primeira classificação do *hukou*, o *suozaiddi*.⁹, urbano ou rural, é baseada no local de residência regular de cada chinês. Toda a população deve ser registrada segundo o local de residência e a localização do *hukou* define o acesso da pessoa aos serviços públicos fornecidos pela cidade ou vila. Assim como os serviços de

⁹ Os censos chineses também eram feitos segundo os dados do *hukou suozaiddi* (1953, 1964, 1982) a partir do início da década de 1980 o critério foi modificado por conta das transformações sofridas pelos centros urbanos chineses. Ainda assim, alguns especialistas sustentam que os critérios chineses usados até 1982 eram mais acurados que os Ocidentais. (WU, 1994) *Suozaiddi* significa localização.

atendimento público, a fixação da oferta de alimentos ou o fornecimento da cota de grãos (até o início da década de 1980) eram definidos com base nos dados do *hukou suozaiddi*. A segunda classificação é feita por tipo, ou categoria, do *hukou*, o *leibie*, estabelecendo a distinção entre os registros agrícolas e não-agrícolas, de acordo com a atividade exercida na economia chinesa durante a década de 1950. O que significa que o *hukou* agrícola pode existir nas cidades e nas áreas rurais.

Até a década de 1980 qualquer migração precisava ser aprovada pelo Estado promovendo a conversão do status do *hukou* de agrícola para não-agrícola e quanto ao local de residência. Nessa época, só era possível alterar o status do *hukou* mediante um complicado processo de conversão chamado *nongzhuanfei*¹⁰. Esse mecanismo opera sob estrito controle do governo central e foi um importante instrumento para alocação da força de trabalho durante o período de economia planificada no país. Mais recentemente, o *nongzhuanfei* foi abolido em diversas localidades como parte das reformas sofridas pelo próprio sistema de registro de residência e da crescente autonomia local na administração dos registros, ainda que muito limitada.

Para solicitar a conversão do *hukou* é preciso apresentar documentação apropriada às autoridades de segurança pública para obter uma permissão de migração que dá direito a um outro registro no novo endereço. Mas para conseguir uma permissão era preciso ser bem sucedido no processo do *nongzhuanfei*, cujos critérios eram estabelecidos pelo governo central. Normalmente, os contemplados com novo *hukou* eram trabalhadores contratados pelas empresas estatais, pessoas que tiveram suas terras expropriadas, que receberam promoções no setor público e passaram a ocupar postos administrativos, estudantes aceitos em universidades e os alistados nas forças armadas.

De acordo com o sistema chinês, é considerada população flutuante, *liudong renkou* todo aquele que não migrou em termos oficiais, ou seja, não obteve o *nongzhuanfei* e detém um *hukou* de status e local diferente daquele onde vive e da atividade que exerce. Migração na China, o *qianyi*, diferentemente do modo como é entendida ao redor do mundo, como uma simples alteração do local de residência e a permanência por um certo período de tempo, requer a mudança do registro de residência, aqueles que não alteraram o *hukou* são considerados população flutuante (SOLINGER, 1999). A literatura que trata dos fluxos migratórios chineses considera de forma quase indistinta a população migrante e a flutuante, nos termos usados pelo governo chinês.

¹⁰ *Nongzhuanfei* significa literalmente mudança do registro de rural para não-rural.

(CHAN, 2009; CHAN & ZHANG, 1999; SOLINGER 1999, MURPHY, 2002) Um dos principais aspectos a respeito dos fluxos migratórios na China é o tratamento diferenciado dispensado aos trabalhadores rurais migrantes (que constituem a parcela majoritária dos migrantes) e seus desdobramentos no processo de modernização chinês e da exploração da força de trabalho no país.

5. O HUKOU E A NOVA CHINA

Com a fundação da República Popular da China em 1949 em um país devastado pela guerra contra a ocupação japonesa, que durara até 1945, e a posterior luta entre comunistas e nacionalistas pelo controle do poder, o partido comunista começou a mobilização para a formulação de políticas de Estado, para o esforço de industrialização e a efetiva retomada da produção.

A reforma agrária adotou o modelo que o partido comunista adotara nas áreas que ocupou durante a luta contra os japoneses e os nacionalistas no norte da China e na Manchúria. No total, 107 milhões de hectares foram submetidos à reforma agrária e destes 46 milhões redistribuídos, com isso mais de 300 milhões de camponeses chineses passaram a ter um pedaço de terra para cultivar ou conseguiram ampliar a sua parcela de terra, com áreas de cerca de 0,16 hectare por família. Os três anos compreendidos entre o início da reforma e 1952 registraram ótimas colheitas e melhora de produtividade, superando os níveis anteriores à ocupação japonesa. (MARCONI, 1999) Além da reforma agrária, as prioridades do governo eram o combate às elevadas taxas de inflação, restauração da indústria pesada destruída e a reforma ideológica do povo chinês.

O ano de 1951 marca a retomada do sistema de registro de residência na China. O esforço para ampliar a produção agrícola e industrial passaria a ditar o ritmo da migração no país. Juntamente com o *hukou* foi estabelecida a política de *tongguo tongxiao*, o monopólio estatal de compra e comercialização de grãos, para garantir o fornecimento de grãos para as cidades a preço fixo. Os chineses que viviam nas cidades passaram a contar, a partir daí, com fornecimento (acionamento) de grãos com subsídio estatal. Por muito tempo, na China, passou a ser possível determinar qual o *hukou* de uma pessoa sabendo se ela tinha ou não cupons de fornecimento de grãos. (CHAN & ZHANG, 1999) Com isso, os registros do *hukou* assumiram um importante papel nas decisões políticas sobre alocação de recursos e uma clara distinção entre os chineses que

viviam nas cidades e no campo, institucionalizando a exclusão dos camponeses dos subsídios oferecidos pelo governo.

Com a ampliação de 1955, o *hukou* passou a cobrir toda a população urbana e rural, com a determinação do governo central de que os governos locais assegurassem os registros e a aplicação das normas do Regulamento Provisório. (CHAN, 2009) Para atingir seu objetivo, o governo precisava “ajustar” o número de moradores urbanos com o volume de grãos disponível e com o número de empregos.

“O sistema não apenas economizava recursos. Erguendo as barricadas nas cidades contra os camponeses, o Estado também tornava os trabalhadores rurais uma reserva de trabalho, disponível para os grandes esforços de crescimento industrial e, esperava-se, descartável em tempos mais apertados. Mesmo com essa política simples, há, no entanto, uma contradição crucial: haveria momentos nos quais a meta de crescimento – que requeria que os camponeses fossem trazidos temporariamente para as cidades – estariam em conflito com a prioridade de pacificação dos trabalhadores urbanos através de seu abastecimento.” (SOLINGER, 1999, p.37)

As políticas relacionadas com o esforço de industrialização e a coletivização no campo - que seriam a tônica do período inicial da Nova China e do Primeiro Plano Quinquenal, iniciado em 1953, - tinham dois eixos fundamentais: o controle sobre a força de trabalho (via registro, mas não apenas) e o racionamento dos recursos. Com o estabelecimento do monopólio de grãos (*tongguo tongxiao*) e a criação de um Sistema Unificado de Compra e Venda com cotas de vendas de cereais, algodão e outros produtos agrícolas para os camponeses, o Estado buscava garantir o fornecimento, regular os estoques e ter controle pleno sobre a força de trabalho do país.

Ao longo do período compreendido no Primeiro Plano Quinquenal o governo também precisava fornecer os produtos industrializados requeridos pelos camponeses, mas a indústria chinesa de então não tinha condições de produzir a maquinaria agrícola necessária para o campo do país, assim como a maioria dos outros produtos manufaturados. Para assegurar a modernização e industrialização da China era preciso fazer com que os camponeses permanecessem trabalhando no campo, produzindo alimentos, o requisito básico era ajustar o número de habitantes urbanos que atenderiam à demanda por força de trabalho gerada pelo esforço de industrialização com o volume de grãos que poderiam ser disponibilizados nas cidades.

Com o esforço estatal de industrialização, o número de postos de trabalho crescia rapidamente, mas ainda assim o Estado conseguiu evitar que a população urbana

crescesse em proporção semelhante¹¹. O sistema de registro tornava possível evitar o afluxo de trabalhadores migrantes que se tornariam uma ameaça aos empregos dos trabalhadores urbanos, ampliaria a demanda pela frágil infra-estrutura urbana e assegurariam o fornecimento de grãos e os recursos para os esforços de industrialização nas cidades.

Os chineses implementaram seu plano segundo as orientações soviéticas, o que pressupunha investimentos significativos em indústria pesada (base para as taxas de crescimento do produto), coletivização no campo e sistema planejado. Para tanto, era preciso obter fundos de que o governo chinês ainda não dispunha. Uma das medidas para ampliar a arrecadação e financiar a industrialização foi a reserva de um quarto (inicialmente) da produção de grãos no campo para venda compulsória ao Estado, a preços baixos. Com isso o governo pôde garantir o abastecimento de alimentos nas cidades e manter os baixos salários dos trabalhadores.

É possível estabelecer cinco períodos distintos, segundo as características dos fluxos migratórios, na China entre 1949 e 1978. O primeiro, descrito logo acima foi o de estabelecimento da República Popular e do Primeiro Plano Quinquenal, até 1957, com fortes restrições aos fluxos. O segundo é o período do Grande Salto Adiante, entre 1958-1960. O terceiro é o chamado período de recuperação do Grande Salto, de 1961 a 1965. O quarto é o da Revolução Cultural entre 1966 e 1976. O quinto é o período compreendido entre a Revolução Cultural e o início da reforma e abertura, entre 1976 e 1978. Durante cada uma dessas fases parte da enorme reserva de força de trabalho que o campo chinês dispunha transitou do campo para cidade e fez o caminho de volta, mobilizadas pelas necessidades (supostas ou não) do país e pela estrutura estatal para a industrialização da nação e nas campanhas políticas.

O Grande Salto Adiante é fruto de uma conturbada conjuntura de disputas e tensões políticas internas e internacionais¹², além da necessidade de dar resposta aos problemas da economia chinesa, especialmente no campo. O Grande Salto foi uma tentativa de melhorar os resultados agrícolas do Primeiro Plano Quinquenal, aumentando a produtividade no campo e fazer avançar a industrialização através de

¹¹ Segundo Solinger, nas quatro décadas posteriores a fundação da República Popular o número de postos de trabalho no setor industrial chinês cresceu 7 vezes, mas a população urbana chinesa cresceu apenas 3 vezes. (SOLINGER, 1999)

¹² A divulgação do relatório Krushev na União Soviética, os expurgos no PCCh e a necessidade de ampliação da produtividade no campo, que ainda era muito baixa apesar das melhoras registradas.

incentivos morais e da mobilização dos chineses com a participação direta dos dirigentes locais do PCCh.

O plano de Mao, que tinha como inspiração a mobilização através da reforma agrária promovida em *Yan'an*¹³ ainda na época da luta contra os japoneses e o *guomintang*, contava com o apoio de importantes dirigentes chineses, como Deng Xiaoping, secretário geral do PCCh e Liu Shaoqi, considerado, na ocasião, o mais provável sucessor de Mao.

O Grande Salto Adiante foi um grandioso plano de mobilização de massas; em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26.000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. Todas as tarefas relacionadas com o dia-a-dia destes trabalhadores, desde cuidar das crianças, das roupas, até o preparo dos alimentos eram feitas pela comuna. A coletivização total atingiu a agricultura, indústria, artesanato e comércio, a estrutura das comunas tinha inspiração militar, com divisões em batalhões, companhias, brigadas e regimentos.

O Grande Salto foi lançado na mesma época que foi promulgado o *Regulamento sobre Registro de Residência (Hukou)* da China. A prioridade do Estado passou a ser o crescimento industrial e com isso as empresas estatais deram início a um intenso processo de recrutamento de trabalhadores. Não demorou para que fosse necessário trazer trabalhadores do campo, provocando uma expressiva alta nos fluxos migratórios entre 1958 e 59. Segundo Solinger, algumas estimativas apontam que cerca de 23 milhões de camponeses migraram para as cidades no ano e meio que se seguiu ao lançamento do Grande Salto outras indicam que 30% da força de trabalho industrial da China no mesmo período era de camponeses¹⁴.

Mesmo assim o texto da lei impunha rigorosas restrições à mobilidade dos trabalhadores e estabelecia os procedimentos a serem seguidos para regularizar a permanência em local diferente daquele que constava em seus registros do *hukou*. O artigo 16, que continha as normas sobre residência temporária, dizia:

“Se os cidadãos deixarem seu endereço permanente e forem para outra região por motivos privados e residirem no novo local por três meses ou mais, devem solicitar uma extensão de seus visto de residência... Se não houver uma razão válida para garantir a extensão ou base para um pedido de residência

¹³ A experiência de reforma agrária em *Yan'an* ante das tomada do poder pelos comunistas no país todo, acabou por se tornar o modelo da reforma agrária na China depois da Fundação da República Popular.

¹⁴ Os dados são divergentes, mas estima-se que o número de empregos na indústria na época saltou de 7,5 milhões para 29,8 milhões. (SOLINGER, 1999; FRIEDMAN et al, 2005)

permanente, eles devem retornar às suas residências permanentes” (SOLINGER, 1999, p.81)

Com a necessidade crescente de força de trabalho nas cidades gerada pelos esforços de industrialização do Grande Salto as barreiras à migração foram suspensas e a população rural gozou de grande liberdade para migrar. O substantivo e rápido crescimento da população urbana e o recrutamento de trabalhadores para a indústria inviabilizou o funcionamento do sistema de cotas de grãos do Estado, levando-o à beira do colapso.

Paralelamente, a cota de requisição de grãos pelo Estado aumentou dramaticamente. Depois de uma boa colheita no verão de 1958, que serviu de estímulo aos planos chineses, o Comitê Central do PCCh passou a considerar as comunas como o caminho adequado para fazer avançar a construção socialista e a modernização da China. Estimava-se que a produção agrícola do país fosse dobrar em 1958. Posteriormente, quando foi feito o balanço, o total anunciado da produção de grãos para o ano de 1958, de 375 milhões de toneladas, teve que ser revisto para 250 milhões e depois para modestos 200 milhões. Nenhum dos responsáveis pela contagem queria se arriscar a indicar que a meta não tinha sido atingida, e sofreram com a alcunha de direitistas ou derrotistas, o resultado foi que, naquele ano, as cotas em praticamente todas as localidades foram formalmente atingidas. Pouco tempo depois ficou patente que elas não refletiam a realidade. Logo após a campanha anti-direitista do final de 1957 havia um temor generalizado de que qualquer indicação de insucesso do Grande Salto pudesse ser interpretada como desvio pequeno-burguês, tentativa de boicote ou derrotismo.

Mas a verdade sobre a escassez de alimentos era visível por todo o país, a fome se alastrava pela China, e a insistência em recolher grande parte da produção para assegurar a acumulação agravava a já difícil situação. Em 1957 a média de grãos disponíveis por habitante da China (por ano) no campo era de 207 quilos, em 1958 caiu para 201, reduzindo-se para 183 quilos em 1959 e atingiu desesperadores 156 quilos em 1960. A escalada da fome era assustadora, em 1961 a proporção de grãos chegou a 154 quilos.

No outono de 1959 a colheita de grãos foi inferior à de 1958, a diferença era de 30 milhões de toneladas. Temerosos com possíveis retaliações, os funcionários informaram que as metas tinham sido atingidas e como a cota fixada pelo Estado era de 40% da produção, quando foi feito o recolhimento, faltou alimento para entregar aos

trabalhadores das comunas. Nas localidades em que a colheita foi pior o recolhimento do Estado chegou ao total produzido. A reprodução deste procedimento a cada nova colheita gerou uma situação de verdadeira calamidade. Um cartaz colocado por um camponês em um vilarejo no norte da China, na província de *Hebei* descreve bem a situação e as condições dos camponeses do país:

*“Grãos são escassos como feijões feitos de ouro;
O Estado diz uma palavra e temos que nos dobrar.
Eles recolhem nossos grãos de leste a oeste,
É como se cortassem a carne das nossas costas.”* (FRIEDMAN et al, 2005)

Em dezembro de 1960, com o país mergulhado no caos, o governo central enviou ordens às províncias para que os governos locais fizessem o que fosse necessário para garantir o cumprimento das cotas de produção grãos. Desde 1959, já estava claro que havia fome em massa, em diversas regiões do país o campo estava literalmente abandonado, a falta de alimentos era crônica. Com a liberalização da migração, mobilizados pelos esforços de industrialização e sem perspectivas de conseguir alimentos na zona rural, os camponeses se dirigiram às cidades abandonando os campos. Com os problemas, o partido iniciou um recuo no Salto. Além da importação de grãos, iniciou um processo de descentralização retomando os pequenos mercados locais, estimulou aumentos na renda dos camponeses onde isso era possível, mas manteve os refeitórios das comunas. Logo depois, o governo central reduziu as cotas de grãos e os impostos agrícolas foram reduzidos. A coletivização começou a ser desarticulada, com grupos de trabalho menores. Em algumas regiões os oficiais locais do partido acabaram quase que imediatamente com a coletivização em *Anhui* e *Sichuan*, por exemplo, os líderes provinciais redistribuíram as terras coletivizadas para as famílias. (FRIEDMAN et al, 2005)

Em paralelo o PCCh fez com que cerca de 25 milhões de camponeses retornassem ao campo, eles tinham sido empregados por empresas estatais durante os esforços de industrialização do Salto e parte deles tinha ido para as cidades ainda em 1957. O objetivo era reduzir os gastos do Estado com os subsídios nas cidades e recompor a produção agrícola. (WANG, 2005) Era a terceira fase dos fluxos migratórios, depois da falência dos planos que buscavam através da intensa mobilização política superar o atraso das forças produtivas e modernizar rapidamente a China, era preciso fazer com que a força de trabalho excedente nas cidades retornasse ao campo, à grande reserva chinesa.

Durante os anos que se seguiram o Estado fez com que o fluxo migratório se voltasse para o campo, a dispensa dos camponeses das fábricas estatais nas cidades vinha combinada com a aplicação mais rigorosa do sistema de registro de residência que o país vivera desde a fundação da República Popular. Em *Tianjin*, por exemplo, o governo fez com que 400.000 camponeses deixassem a cidade e retornarem ao campo em 1962. A força de trabalho industrial da China caiu de 29,8 milhões de trabalhadores em 1960 para 17,1 milhões em 1962. Em 1963, o país tinha 84% de sua população vivendo no campo, a taxa mais alta desde 1949. (FRIEDMAN et al, 2005)

Os camponeses enviados de volta ao campo esperavam poder voltar às cidades, onde havia um sistema (ainda que incipiente) de benefícios e subsídios estatais, mas pouquíssimos tiveram essa chance. O início da década de 1960 é marcado pelo recrudescimento da vigilância sobre o *hukou*. Além dos camponeses, as empresas estatais também deveriam reduzir o número de trabalhadores urbanos em seus quadros e usar trabalhadores em regime temporário se fosse o caso.

O fracasso e posterior balanço do Grande Salto impôs severas mudanças nos rumos adotados pelo PCCh. Segundo as avaliações iria demorar algum tempo até que a agricultura retomassem os patamares de produção anteriores ao Grande Salto. As recomendações incluíam também o fechamento de pequenas indústrias ineficientes estabelecidas durante estes anos. Uma pequena parcela das terras agrícolas (cerca de 6%) seria devolvida aos camponeses na forma de pequenas propriedades privadas, e também foi autorizada a reabertura de pequenos mercados rurais particulares e as cotas de produção voltaram a ser de responsabilidade de unidades familiares¹⁵.

Em 1962 Mao lançou mais uma campanha de propaganda socialista, para evitar os desvios capitalistas que o fim da coletivização potencialmente causaria¹⁶. No mesmo ano Mao destacou a importância das milícias sob controle militar. Sob o slogan “Nunca

¹⁵ No início de 1961 o presidente Liu Xiaogi, o premier Zhou Enlai, o secretário do partido Deng Xiaoping e Chen Yu, membro do Comitê Central do PCCh e especialista em planificação econômica fizeram uma conferência no norte da China. Eles se reuniram para tentar encontrar uma solução para os estragos causados pelo Grande Salto. Mao Zedong viajou no mesmo período ao sul do país para visitar o campo e tomar ciência da situação do país. Os dirigentes chineses faziam algumas outras visitas a importantes cidades e vilas do país. Depois de algumas delas Zhou se convenceu de que era preciso acabar com as cozinhas coletivas. Em junho do mesmo ano as cozinhas e refeitórios comunais foram abolidos. (FRIEDMAN et al, 2005)

¹⁶ Com o fim do Grande Salto Adiante, Mao renunciou a todos os seus cargos, mantendo apenas a presidência do Comitê Central, sua principal base de apoio (e talvez a única naquele momento) era o exército, que se mantinha fiel às diretrizes do líder chinês. Sobre Mao pesavam as acusações, feitas por outros dirigentes, de ignorar a realidade econômica do país, buscando governá-lo baseado apenas em convicções políticas e no voluntarismo disseminado entre as massas. Não se pode negligenciar o fato de que a campanha lançada por Mao também estava diretamente relacionada com a disputa interna no Comitê Central do PCCh.

esqueça a luta de classes” Mao afirmava que contra-revolucionários estavam tentando reverter os avanços socialistas em curso. (PERRY, 2007)

“Recrutas receberam ordens para se preparar para a guerra, lutar contra o crime, esmagar os inimigos. Os mais jovens, com as oportunidades perdidas pelo desastre do Grande Salto de Mao, ouviam que deveriam se concentrar nas suas falhas morais e que precisavam se sacrificar pela nação.”
(FRIEDMAN et al, 2005, p. 21)

Ao longo da década de 1960 a política de contratação temporária de trabalhadores para as indústrias foi aprofundada, com uma enorme população, pouco capital e grande controle da mobilidade dos trabalhadores, atender a demanda das empresas por força de trabalho era uma dificuldade que crescia a medida que o setor se recuperava. Esses trabalhadores temporários chamados *yinong yigong*, que significa trabalhador camponês, eram contratados pelas estatais das cidades temporariamente. Quando o contrato terminava os trabalhadores tinham que retornar aos seus vilarejos de origem, onde constava seu registro de *hukou*. Essa política, que durou até início da Revolução Cultural, foi implementada sob a direção de *Liu Shaoqi* e *Deng Xiaoping* para dar a mobilidade requerida ao trabalho, sem, no entanto, ter que alterar a estrutura ou os registros de *hukou* dos trabalhadores ou mesmo onerar as contas estatais com os subsídios concedidos aos moradores urbanos, aos quais os trabalhadores temporários (com seus *hukou* rurais) não tinham acesso.

Mas o início da Revolução Cultural alteraria dramaticamente esse cenário. Logo depois do fim do Grande Salto o governo chinês iniciara a Campanha de Educação Socialista e em 1965, a crítica a acadêmicos e escritores por seus desvios burgueses já estava em curso. Em 1966 apareceram os primeiros *dazibao*¹⁷ com críticas aqueles que não aderiram à educação socialista. Equipes de trabalho foram organizadas para irem às universidades e se certificar do comprometimento ideológico de docentes e estudantes. (MARCONI, 1999)

No dia 12 de agosto de 1966, na XI Plenária do Comitê Central, *Mao* retomou sua posição na cúpula do partido acusando *Liu* e *Deng* de tentarem usar seus grupos de trabalho para reforçar o controle central. Nesta mesma plenária foi aprovada a “Decisão sobre a Grande Revolução Cultural” um documento que propugnava a destruição das quatro antiguidades (ou quatro velhos): antigas idéias, hábitos, cultura e costumes, que seria o lema da Revolução Cultural. Além disso, estimulava os chineses a aprenderem

¹⁷ Cartaz com grandes caracteres.

com a revolução, ampliar a produção, promover mudanças organizativas e no comportamento individual, em prol do coletivo.

“Em agosto de 1966, com a benção de Mao, o suporte do Ministro da Defesa, Lin Biao (aparentemente, o herdeiro de Mao), e do Premier Zhou Enlai, jovens revolucionários foram organizados como ‘guardas vermelhos’ nas principais cidades. A Revolução Cultural projetou as forças militares de Lin Biao como as únicas, de fato, puras. Todos os outros que exerciam poder pareciam contaminados. O exército de Lin Biao protegia Mao, o socialismo e a nação. O 63 exército protegia Shijiazhuang¹⁸. A cidade revolucionária se transformou em um centro de estudos do pensamento de Mao. Tornar-se um guarda vermelho permitia que os jovens chineses usufríssem da glória do exército, uma condição historicamente atraente para os patriotas dos vilarejos”. (FRIEDMAN et al, 2005, p. 85)

Os chineses foram conclamados a fechar as escolas para que os jovens pudessem aprender com a revolução, e a mobilização crescia rapidamente, sob lemas como: “é preciso destruir para poder construir” e “ a rebelião é justificada”. Durante o final de 1966 cerca de 50 milhões de jovens se deslocaram pelo país, atacando quadros do PCCh, destruindo arquivos de escolas e universidades, submetendo professores e intelectuais à crítica pública e sobrecarregando o sistema de transportes e a infraestrutura das grandes cidades, especialmente *Beijing*. Diversos arquivos locais com dados do sistema de registro de residência também foram destruídos durante essa primeira fase da Revolução Cultural, e os guardas vermelhos se moviam em massa pelo país. (WANG, 2005)

Durante a Revolução Cultural um arremedo do antigo *baojia* funcionou a serviço dos expurgos e da campanha de limpeza do partido. A vigilância mútua nas pequenas comunidades por todo o país foi retomada, tendo os guardas vermelhos como líderes, chineses que tinham pais ou avós que foram ligados aos nacionalistas ou proprietários de terra eram punidos por seu passado ou vínculos familiares. Vigiar e denunciar (muitas vezes, também punir) era considerado símbolo de comprometimento ideológico e o sistema de auto-vigilância funcionava nos mesmos moldes do *baojia*, a diferença é que a responsabilização não era comunitária, mas familiar, atos considerados contra revolucionários geravam punição para a toda a família.

Os jovens chineses viviam distantes do aparato do partido e ainda sofriam com o fracasso do Grande Salto e posteriores problemas econômicos. Eles haviam sido chamados à fazer críticas e auto-críticas durante a campanha de reeducação socialista

¹⁸ *Shijiazhuang* é a capital da província de *Hebei* no norte da China.

que se seguiu e se juntavam aos milhões à luta de Mao contra os “falsos socialistas”. Além disso, queriam mostrar seu comprometimento em comparação com os quadros do partido e destruir os “quatro velhos”.¹⁹

Com o início da Revolução Cultural e a formação dos grupos de Guardas Vermelhos o sistema de controle do *hukou* foi rompido pela segunda vez. O período da Revolução Cultural marca a quarta fase dos fluxos migratórios pré-reformas na China e a segunda grande onda de migrações no país, com uma peculiaridade importante: durante a Revolução Cultural o grande fluxo populacional se deu nos dois sentidos, tanto do campo para cidade quanto vice-versa.

O fluxo no sentido cidade-campo estava diretamente relacionado com as campanhas de reeducação. Mais de 15 milhões de moradores urbanos, muitos deles estudantes secundários ou que tinham recém concluído o ensino médio, intelectuais e professores foram enviados para viver no campo e nos pequenos vilarejos, para serem reeducados pelos camponeses, através do trabalho manual e foram forçados a abandonar seus *hukou* urbanos entre 1965 e 1977. (WANG, 2005)

Os guardas vermelhos percorriam o país levando os ensinamentos do presidente Mao e combatendo os “quatro velhos”. Verdadeiras “romarias” foram organizadas rumo a pontos considerados importantes na Revolução Chinesa, a cidade natal de Mao, *Shaoshan* na província de *Hunan*, recebeu visitas de milhões de chineses (normalmente jovens guardas vermelhos) que se deslocavam de todos os cantos do país, inclusive de grandes cidades como *Beijing*²⁰, muitas vezes a pé, para mostrar seu comprometimento com a causa revolucionária. Os grandes deslocamentos de jovens pelo país muitas vezes inviabilizavam o funcionamento do sistema de saneamento básico ou de fornecimento de água em certas localidades, muitos visitavam pontos importantes da Longa Marcha²¹, a maioria destes jovens nunca havia deixado seus vilarejos anteriormente.

¹⁹ No início de 1967, nada menos que 90% dos oficiais do partido do vilarejo de *Raoyang*, no norte da China de nível de chefia política ou acima tinham sido espancados, degradados, caminhado em meio à população para sofrerem humilhação pública e, por fim, encarcerados. Relatórios internos do PCCh afirmavam que o vilarejo estava em “estado de anarquia”. Com o chamado feito por Mao em 1967 pedindo que os revolucionários tomassem o poder, prédios públicos e sedes do partido foram ocupados. O vilarejo passou todo o ano posterior sem um governo na prática. (FRIEDMAN et al, 2005)

²⁰ A distância entre de *Beijing* e *Shaoshan* é de aproximadamente 1.800 quilômetros.

²¹ No início da década de 30 do século passado, pressionados pelas ofensivas dos nacionalistas, os comunistas se retiraram para *Fujian* e depois para *Jiangxi* onde constituíram seu maior soviete. A posterior retirada dos comunistas de *Jiangxi* constituiria o que ficou conhecido como a Longa Marcha, composta, inicialmente, por uma coluna de 80.000 homens. A Marcha percorreu cerca de 9.600 quilômetros perdendo muitos de seus militantes no caminho, nos enfrentamentos com os nacionalistas e por causa das difíceis condições de sobrevivência.

Os fluxos também se davam no sentido campo-cidade. Guardas Vermelhos viajavam à *Beijing* em peregrinação. Chegavam de trem, que durante o período tiveram a cobrança de passagens suspensa. Não só Beijing, mas todas as grandes cidades chinesas, *Shanghai*, *Xi'an*, *Guangzhou*, *Hangzhou*, por exemplo, recebiam jovens vindos do interior do país.

“Deixem que o restante do país venha a Beijing ou que Beijing vá ao resto do país... deixem que aqueles que vivem em outros lugares venham e vejam. Afinal de contas, os trens são gratuitos agora, não são?” (MAO, 1966)

Beijing precisou constituir uma infraestrutura para receber os jovens. O exército alimentava e abrigava os milhões que chegavam, entre as atividades pela cidade e os discursos e saudações a Mao na praça *Tiananmen*. O presidente aparecia para os milhões de jovens, nos grandes comícios com o uniforme do exército e a braçadeira dos guardas vermelhos, símbolos da pureza ideológica do movimento. Mas no final do ano, boa parte dos guardas vermelhos que tinha ido à *Beijing* já havia retornado aos seus vilarejos. O chamado de Mao para que os chineses, especialmente os jovens revolucionassem a si mesmos e às estruturas foi atendido com entusiasmo e paixão. Teve tanta força que foi necessário confrontar o movimento com o exército, sob pena do completo descontrole no país.

Além disso, as grandes mobilizações geraram um processo de negação das estruturas sociais vigentes na China que de outro modo demorariam anos para serem superadas. Este movimento pavimentou o caminho para o processo de modernização chinês, que ainda vivia encerrado em um labirinto de tradições herdadas de uma civilização milenar.

A grande mobilização do povo chinês, as iniciativas com novas formas de organização nas fábricas e no campo, buscavam usar a vasta força de trabalho disponível na China também para suprir a carência de máquinas, equipamentos e tecnologia do país. Mais do que isso, a propaganda política incitava os chineses sob o argumento de que a moral revolucionária e a mobilização política teriam condições efetivas de suprir estas carências. Há ainda a campanha do setor chamado de “extrema esquerda” contra o egoísmo e a confusão sobre a relação entre o individualismo e o coletivo na construção do socialismo , de caráter idealista.

Os efeitos da Revolução Cultural sobre a economia chinesa são muito diversos. No que se refere à produção industrial, apesar de algumas oscilações relevantes no

período, as mobilizações dos trabalhadores e a manutenção de rígidos controles com uso inclusive do exército sobre as fábricas, a produção não teve reduções significativas. No campo a situação foi diferente, os enfrentamentos provocados pela “vigilância dos guardas vermelhos” e os deslocamentos de trabalhadores fizeram a produção variar e bastante ao longo do período.

A China ainda vivia um clima de profunda instabilidade política e social. Em 1974 a luta no interior do partido recrudesceu e estava claro que a composição do Comitê Central sofreria grandes mudanças. A disputa agora se dava entre os quatro líderes da Revolução Cultural ligados a Mao, composto por Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao, dirigentes de Shanghai que iniciaram a experiência das comunas nas indústrias, Wang Hongwen, que trabalhava diretamente com Mao e Jiang Qing, esposa do líder chinês e ligada à área da cultura. Eles eram reconhecidos como dirigentes da ala radical do partido. Todos reivindicavam o pensamento de Mao e exortavam o povo chinês a aprender com *Dazai*, uma brigada de produção da província de *Shaanxi*, que era considerada um grande exemplo de luta, trabalho duro e da autoconfiança do povo chinês.

Em 1976 a morte de Zhou Enlai, que mobilizou 1 milhão de chineses para os funerais na Praça *Tiananmen* e a posterior morte de Mao Zedong e a imensa comoção pública que se seguiu mudariam dramaticamente a correlação de forças no partido. Depois de ter sido expurgado durante a Revolução Cultural, Deng Xiaoping e alguns membros de seu grupo já haviam retornado à cúpula do partido. No ano anterior Zhou havia, pela primeira vez, enunciado a proposta das Quatro Modernizações que se tornaria o lema da reforma e abertura da China a partir de 1978.

O ano de 1976 marca o fim do período da revolução cultural e a retomada dos controles mais restritivos do *hukou*. O novo comitê central, estabelecido durante XI Congresso do Partido Comunista Chinês declarou reabilitados diversos dirigentes que haviam caído em desgraça. Nesta época, diversos moradores urbanos que tinham sido enviados ao campo para reeducação iniciaram o caminho de retorno às cidades, mas isso não foi verdade para todos eles, apesar do final da década de 1970 marcar o início do fluxo de retorno de muitos trabalhadores, intelectuais e estudantes de volta às cidades depois do fim das campanhas de reeducação, muitos deles só teriam chance de retornar às cidades ao longo da década seguinte, já durante o processo de reforma e abertura. Esse retorno à cidade marca a quinta fase de fluxos migratórios do período anterior às

reformas, já submetida às fortes restrições pela reestruturação do aparato de Estado que controlava a migração.

Com o fim da Revolução Cultural a terceira sessão plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista da China decidiu mudar os rumos do país, era o fim da “luta de classe permanente” e das grandes mobilizações do período maoísta, com o estabelecimento da modernização e do avanço das forças produtivas como grande objetivo do partido. É muito comum isso ser considerado uma grande virada política, e de fato foi, mas não nos termos comumente tratados. Tanto a modernização quanto a necessidade de avanço das forças produtivas e crescimento econômico estavam presentes nos projetos do Partido Comunista Chinês e na fala de Mao Zedong tanto durante a luta contra os nacionalistas e japoneses quanto depois da fundação da Nova China.

O grande rompimento, ocorrido em 1978, tem a ver com os mecanismos adotados para tornar o país moderno, saía a mobilização política e a questão da classe, entravam o mercado e os investimentos externos. Saía de cena o trabalhador da era maoísta e entravam os trabalhadores migrantes, frutos das reformas, esvaziando, concomitantemente, a linguagem e a noção de classe na China. Travestido de uma versão neoliberal do discurso de modernidade, o partido removeu a classe como um elemento social importante e refutou o maoísmo, especialmente na sua versão sobre a luta de classes, como um modo obsoleto de refletir sobre o socialismo na China. (PUN, 2005; HARVEY, 2005)

Esse novo sujeito, o trabalhador migrante chinês, e os camponeses chineses, de um modo geral, com suas especificidades históricas e políticas e com um papel bem definido nas relações de produção na China. Mas ainda dirigidos pelo Estado, iniciaram uma nova longa marcha na China pós-1978, uma marcha em curso até a atualidade. Desde então, os movimentos migratórios na China ganharam novos e diversos determinantes e características, submetido a um verdadeiro agenciamento estatal através do sistema de registro de residência, mas em novos termos. Com as reformas a demanda por um número cada vez maior de trabalhadores primeiro nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), os laboratórios de capitalismo da China, nas palavras de *Deng Xiaoping* e depois em todo o sul e oriente chinês, se tornaria cada vez maior, impulsionadas pelo crescente volume de investimentos externos diretos e pelas necessidades de acumulação de capital da nova China.

6. TRANSIÇÃO E CAPITALISMO

O *hukou* foi (e ainda é) um mecanismo importantíssimo de controle da força de trabalho e garantia da execução da planificação, no período estudado. Manter a enorme população de camponeses chineses produzindo no campo e manter controle sobre o fornecimento de alimentos e do ritmo de crescimento era fundamental para assegurar a acumulação necessária para a modernização chinesa.

Sob a planificação, e com os mecanismos de controle, não só da mobilidade dos trabalhadores, mas também das suas funções na divisão do trabalho no país, o governo chinês inviabilizou a constituição de um mercado de trabalho na China durante os trinta primeiros anos que se seguiram à revolução chinesa. Mas é preciso uma análise mais acurada do processo para compreender em que medida isso poderia, ou não, significar uma transformação nas relações de trabalho e no processo de trabalho sob o capitalismo.

Segundo Marx a produção capitalista pressupõe a existência de trabalhadores livres, livres para vender sua capacidade de trabalho, no interior do processo de circulação, do mercado. Isso requer um determinado estágio histórico de desenvolvimento da sociedade, das relações sociais e das forças produtivas.

“A mercadoria que o trabalhador oferece a esfera da circulação, no mercado, a mercadoria que ele tem para vender é a sua própria capacidade de trabalho, que como qualquer outra mercadoria, na medida em que é valor de uso, tem existência objetiva (...). Além disso, esse valor de uso, que existe antes do seu consumo como capacidade de trabalho, tem um valor de troca que, assim como qualquer outra mercadoria, é igual à quantidade de trabalho nele contida e, por conseguinte, requerida para sua reprodução.” (MARX, 2010, pp. 65-6)

Na Nova China os trabalhadores não podiam simplesmente vender sua força de trabalho no mercado. Sem o registro urbano os trabalhadores rurais não podiam simplesmente ir às cidades em busca de trabalho, e os chineses que viviam nas cidades não tinham as parcelas de terra recebidas pelos trabalhadores rurais durante a reforma agrária, ou não estavam ligados às comunas durante o período da coletivização no campo. Ainda assim os trabalhadores nas cidades chinesas vendiam sua força de trabalho ao Estado (seu único comprador) para a produção de mercadorias, por um salário. Sob **essa** relação, o valor, se torna capital, através da troca com a capacidade de trabalho viva. A transformação do valor em capital, ainda de acordo com Marx, requer

sua troca com capacidade de trabalho sob as condições materiais que a objetificação da capacidade de trabalho pressupõe.

No campo, a geração de valores de troca, de mercadorias, se dava de forma distinta. A produção era comprada também pelo Estado, sob condições pré-determinadas, com preço fixo, mas a ausência (em certa medida) da esfera da circulação não alterava o caráter da produção e do trabalho.

Em um texto sobre o livro de Stalin *Problemas Econômicos da União Soviética* Mao faz críticas à postura de Stalin em relação aos camponeses, problematiza o processo de planificação chinês e discorre sobre o papel da lei do valor na produção e distribuição de mercadorias sob o socialismo.

“A produção de mercadorias não é algo isolado. Olhem o contexto: capitalismo ou socialismo. Num contexto capitalista, é uma produção capitalista de mercadorias. Num contexto socialista, é uma produção socialista de mercadorias. (...) O que determina a produção de mercadorias são as condições econômicas circundantes. A questão é: pode a produção de mercadorias ser considerada instrumento útil para promover a produção socialista? Penso que a produção de mercadorias servirá ao socialismo bem docilmente. Isso pode ser discutido entre os quadros” (MAO (apud.) ZIZEK (org.), 2008, p. 157).

Segundo Mao a mercadoria é algo deixado pelo capitalismo e que os socialistas deveriam conservar por um período. Além disso, dizia ele, as leis que definiam a troca de mercadorias e seu valor não tinham papel regulador na produção chinesa, pois este era desempenhado pela planificação.

A dimensão genuinamente crítica do pensamento marxiano implica uma crítica da sociabilidade fundada no capital que, portanto, não pode deixar de submeter à crítica o modo de produção industrial e o trabalho que o fundamenta. Só assim a crítica permite, por um lado, uma análise concreta das relações dos seres humanos com seu trabalho e com a natureza no capitalismo, e, por outro, a investigação da possibilidade de superação dessas relações historicamente específicas. As considerações de Mao, apenas para citar um exemplo, ao se ocuparem exclusivamente com alterações na forma de distribuição ou com certo tipo de “racionalização” desse mesmo modo de produção, suprimem o caráter transformador da teoria marxista. Ao eliminar a contradição marxiana entre as forças e relações de produção, ao tratar essas últimas unicamente como mecanismo de distribuição e não como uma contradição intrínseca ao modo de produção capitalista, esse entendimento do marxismo se mostra inteiramente compatível

com o predomínio das idéias baseadas na intervenção estatal, no gerenciamento e controle da economia capitalista.

Mas para a superação do capitalismo é necessária a superação da forma valor como forma social de riqueza, o que está diretamente relacionado com a superação do modo de produção capitalista e também com o fim da intermediação da força de trabalho como mercadoria, que submete os seres humanos à dominação por estruturas abstratas que se manifesta como uma oposição entre os indivíduos e a sociedade.

Neste artigo procuramos mostrar como sob a planificação, a forma de produção de riqueza na China esteve submetida ao uso da força de trabalho como uma mercadoria, na sua forma capitalista, historicamente determinada. Essa força de trabalho era convocada a atuar em um ou outro setor da economia chinesa segundo os imperativos do processo de acumulação para a modernização do país, como no Grande Salto, ou às disputas políticas do país que caracterizam as primeiras mobilizações da Revolução Cultural.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, J. *The Hungry Ghosts, Mao's secret famine*, New York, Henry Holt and Company, 1996.

CHAN, Kam Wing. The Household Registration System and Migrant Labour in China: Notes on a Debate. *Population and Development Review*, 36 (2), June 2010.

_____, The Hukou System at 50. *Eurasian Geography and Economics*, 50, No. 2, 2009.

CHAN, Kam Wing & ZHANG L., The Hukou system and Rural-Urban Migrations in China: processes and changes, *The China Quarterly*, 1999.

FRIEDMAN, E.; PICKKOWICZ, P. G. & SELDEN, M. *Revolution, Resistance, and Reform in Village China*, New Haven and London, Yale University Press, 2005.

HARVEY, David. *A Brief history of neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

MAO Zedong. Speech at a meeting with regional secretaries and members of the Cultural Revolution Group of the Central Committee, Ling Live to Chairman Mao, a *Red Guard Publication*, July 22th, 1966. Em 19/03/2011 http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-9/mswv9_59.htm

- MARX, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*, São Paulo, Martins Fontes Editora, 1985.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 4ªed. Rio de Janeiro, Difel, Livro 1, volume I, 1984.
- _____. *Para a crítica da Economia Política, Manuscritos de 1861-1863, Cadernos I a V, Terceiro Capítulo: O capital em geral*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.
- MURPHY, R. *How Migrant Labour is Changing Rural China*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- NATIONAL STATISTICS BUREAU OF CHINA, *China Statistical Yearbook*, Beijing, 2009.
- PERRY, E. *Patrolling the revolution, workers militias, citizenship and the modern chinese state*, Lannham, Rowman & Littlefield Publishers, 2006.
- POSTONE, M. Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism. *Social Research* 45. Winter, 1978, pp. 739-788.
- _____. *Tiempo, trabajo y dominación social. Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Barcelona: Marcial Pons, 2006.
- PUN Ngai. *Made in China, Women Factory Workers in a Global Workplace*, Duke University Press, 2005.
- SOLINGER, Dorothy. *Contesting Citizen in Urban China: Peasant Migrants, the State and the logic of market*, Berkley, University of California Press, 1999.
- SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna, quatro séculos de história*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- WANG Fei-Ling. *Organizing through division, China's hukou system*, California, Stanford University Press, 2005.
- WANG Hui. *The end of the revolution, China and the limits of modernity*, London, New York, Verso, 2009.
- WEI, George C. X., Mao's legacy revisited: Its lasting impact on China and post-Mao era reform. *Asian Politics & Policy*, Volume 3.
- WU, Harry Xiaoying. Rural to Urban Migration in People's Republic of China, *The China Quarterly*, 1994.
- ZIZEK, Slavoj. (org.) *Mao sobre a prática e a contradição*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2008.